

## DIFERENTES OLHARES SOBRE CRIANÇAS E CRECHES...

**Teresa Sarmento**

Universidade do Minho-  
Braga, Portugal - tsarmento@ie.uniminho.pt

**Lurdes Carvalho**

Universidade do Minho-  
Braga, Portugal - lurdesdc@ie.uniminho.pt

Ainda às portas deste início de século e de milénio, novas e profundas transformações estão a acontecer a nível mundial, nos campos científico, social e político e, conseqüentemente, também a nível da educação de infância. A investigação científica continua a demonstrar, de forma consistente, que a primeira infância é uma fase muito importante da vida do ser humano, uma fase em que as mudanças sociais, físicas, emocionais, enfim, a totalidade do desenvolvimento do ser humano que é a criança nesta faixa etária, são extremamente rápidas e em que o cérebro tem uma enorme plasticidade. Sendo a primeira infância, uma fase de desenvolvimento rápido mas vulnerável, sublinhamos a perspectiva de Brazelton e Greenspan (2002) que referem “não podemos negligenciar as crianças nos primeiros anos de vida” (p. 12), pelo que não podemos limitar a ação educativa à mera satisfação das necessidades básicas das crianças, como se isso fosse o estritamente necessário e suficiente.

A creche, entendida como instituição de acompanhamento para as crianças da primeira infância (zero a três anos), é uma realidade relativamente recente, resultante, num primeiro tempo, de alterações sociais ocorridas nas últimas décadas, sobretudo a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho e a mobilidade social, com o afastamento físico das novas famílias em relação às suas famílias de origem, necessitando, por isso, de novos suportes para o acompanhamento dos seus filhos. As necessidades de apoio à família vão, assim, crescendo gradual e sistematicamente nas sociedades contemporâneas.

Se inicialmente as creches surgiram como “razão social” de forma a colmatar essa necessidade de acompanhamento das crianças na impossibilidade de as famílias assumirem essa responsabilidade, a verdade é que de forma rápida se transpôs essa função meramente assistencialista e a dicotomia cuidar *versus* educar, para se reconhecer o valor educativo destas instituições. Progressivamente, e num curto espaço de tempo, as creches foram fortalecendo fundamentos, especificidades, singularidades, objetivos, tecendo a sua identidade própria, constituindo-se hoje como um dos *espaços de vida das crianças*, com finalidades educativas globais, no sentido da promoção das suas potencialidades, não desmesurando, contudo, a família como o primeiro e principal contexto de socialização das crianças, com quem é fundamental articular a ação desenvolvida nestas jovens instituições.

As creches são, então, e nas perspetivas que subscrevemos, uma “construção social de uma comunidade de agentes humanos, originada da nossa interação activa com outras pessoas e com a sociedade” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 87), em que faz sentido o diálogo e a ação comunicativa (que implica reconhecimento mútuo) entre crianças e adultos. Estudos no âmbito da sociologia da infância, na década de 90 do século XX reconhecem

[...] as crianças como pessoas ativas na “construção e determinação de suas próprias vidas sociais, das vidas daqueles que as cercam e das sociedades nas quais elas vivem” (James, 1997, p. 8), coconstrutoras da sociedade (Qvortrup, 1993; Christensen; Prout, 2005; Corsaro, 1997; Dahlberg et al., 2003), e como atores sociais, proporcionou outra interpretação sobre as relações geracionais, sobre proteção e participação, sobre interações entre grupos de pares infantis e a socialização, a partir do reconhecimento das relações sociais estabelecidas por crianças como interações complexas. A releitura das teorias psicológicas do desenvolvimento, compreendido agora como um processo interativo e cultural (Jobim; Souza, 1996;

Corsaro, 1997), e a proposição de uma pedagogia da infância (Rocha, 1999; 2001), pautada pela brincadeira e pela voz das crianças, numa outra organização dos espaços e dos tempos passados em creches e pré-escolas, acrescentou elementos novos à educação infantil (NASCIMENTO, 2012, p. 61).

A tarefa de educar nestes primeiros anos é, por isso, e cada vez mais, complexa e *líquida*<sup>1</sup>, quer para pais, quer para profissionais, quer mesmo para quem é responsável por políticas educativas. Educar, no seu pleno sentido (*Educare*), exige o respeito e a valorização das potencialidades das crianças e a sua formação ao nível de valores sociais, culturais e humanos. São já vários os estudos que confirmam as manifestações de vontade e de tomada de iniciativa de crianças dos zero aos três anos, o que obriga a repensar as interações educativas, pelo que observar cuidadosamente as crianças e dar-lhes voz, é um princípio fundamental nas práticas aqui pugnadas. Reforçamos a nossa posição quando lembramos a posição crítica de Abramowicz (2003, p.16) quando refere que “a história da criança e da infância sempre foi construída “sobre a criança” e não “com a criança”, na medida em que ela não tem uma fala considerada como legítima na ordem discursiva, é sempre vista como infantil, infantilizada, destituída de razão”. E, Martins Filho e Delgado (2016, p. 111) acrescentam:

Não podemos esquecer que temos uma tradição política, pedagógica e cultural adultocentrada de pensar e organizar as instituições educativas, sem ouvir as crianças e valorizar sua participação como agentes sociais importantes, autoras da História, produtoras de culturas e cidadãs de direitos.

Preconizamos a *criança cidadã* (SANCHES, 2003), *visível*, entendida como um agente ativo e dinâmico na construção de si própria e do mundo, protagonista da sua aprendizagem, segundo uma *agenda* contextualizada numa praxis social e histórica. Ou seja, pautamo-nos pela ideia de criança “forte, poderosa, competente e, acima de tudo, conectada aos adultos e outras crianças” (MALAGUZZI, apud MOSS; PETRIE, 2002, p. 101). Assim sendo, a maneira como interagimos com as crianças e o tipo de ambiente que criamos para elas, está interligada com os tipos de pensamento, concepções, ideias, estruturas sociais e padrões comportamentais que moldam as nossas concepções de criança, infância e educação (MALAGUZZI; REGGIO, apud em DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003).

Nesta linha de pensamento, entendemos o processo educativo como interdependente das redes intra e interpessoais entre adultos e crianças no interior de cada um dos contextos educativos: nós, adultos educadores, a partir do que observamos nas crianças e de um conhecimento construído cientificamente, *ensinamos* e *aprendemos*, observamos e escutamos, buscando a construção de um conhecimento próximo e objetivo sobre a(s) criança(s), a(s) infância(s), suas linguagens e culturas. Estamos, então, face a um enorme e exigente desafio e lembramos Martins Filho (2006) que fala da *Infância Plural* questionando-nos sobre a rigorosa e complexa tarefa de saber o que pensam, como vivem e como brincam as crianças do nosso tempo e, para tal, lembramos a necessidade constante do apoio e dos saberes dos pais, dos educadores e dos investigadores.

Este dossiê, a partir de um posicionamento educativo, afirma o reconhecimento da *agência* da criança. Ou seja, as práticas educativas que subscrevemos estão sustentadas no reconhecimento das crianças como sujeitos a quem é valorizar o direito de “poder vivenciar ativamente sua infância com dignidade e respeito [tal como] é referendado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) ao reconhecer a criança como cidadão ativo e participante da sociedade, e não mais um objeto passível apenas de proteção e de cuidado pelo Estado” (FAVORETO; ENS, 2015, p. 46).

Porque entendemos a educação como um campo multidisciplinar, assim como pensamos ser necessário estabelecer campos de investigação sobre educação de professores na primeira infância (HORM, 2013), convidamos investigadores de várias áreas, com trabalho dedicado às crianças entre os zero e os três anos, que conosco partilhassem e pusessem em discussão as suas experiências e

<sup>1</sup> Zigmund Bauman, sociólogo e filósofo polonês, escreveu vários livros sobre a imprevisibilidade, imediatividade, volatilidade e fragilidade da vida e do mundo nas sociedades modernas cada vez mais dinâmicas, fluídas e velozes (Modernidade líquida, 2000; Amor Líquido, 2003; Tempos Líquidos, 2007).

trabalhos científicos, de que este dossiê dá conta.

Na sua organização, optamos por, inicialmente, integrar os textos com olhares e abordagens *macrossistêmicas*, como que criando distintos diálogos vindo da Sociologia da Infância e da Educação ou da Organização Educacional. Posteriormente, surge um conjunto de textos e abordagens *microssistêmicas* que apresentam o seu enfoque na ação educativa concreta com as crianças, centrada sobretudo na Pedagogia, no Currículo, na Literatura para a Infância. E porque “docência não se faz sem as crianças” (MARTINS FILHO; DELGADO, 2016, p. 110) o papel do educador é estruturante na definição e operacionalização do processo educativo na creche, surge um terceiro grupo de textos subordinado a reflexões e abordagens sobre a Identidade Profissional e a Formação de Educadores.

A interpretação de cada texto pertence, necessária e estritamente, aos autores que os produziram, considerando nós, enquanto organizadoras, que a partilha de diversas perspectivas e posicionamentos paradigmáticos, enriquecem o desenvolvimento profissional e a discussão crítica que com este dossiê pretendemos mobilizar.

O primeiro texto, intitulado *Para além de uma visão dominante sobre as crianças pequenas: gramáticas críticas na educação de infância*, da autoria de Catarina Tomás, investigadora portuguesa, parte de um questionamento sociopolítico e educativo do trabalho que se faz em creche, a partir dos direitos da criança. Com base numa matriz interdisciplinar, sustentando-se na análise de narrativas que afirma como hegemónicas, a autora identifica três tensões na relação entre os direitos da criança e a educação de infância: (1) o (des)conhecimento ou os sentidos múltiplos atribuídos aos direitos da criança pelos/as profissionais de educação; (2) a armadilha do discurso entre direitos e deveres; (3) a identificação de práticas sociopedagógicas tendencialmente reprodutoras da forma escolar. O artigo termina com a apresentação de um mapeamento do que considera serem os principais eixos de uma conceção crítica de educação de infância.

De seguida, a investigadora brasileira Maria Carmen Silveira Barbosa, reflete e problematiza *A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe*, com pressupostos quer nas políticas educacionais, quer em documentos oficiais e na legislação sobre a Educação Infantil. A autora, em termos empíricos, parte da análise documental cujo foco é a busca de referências aos sujeitos bebês e crianças, concluindo da não menção específica aos mesmos, suportando-se do diálogo com os Novos Estudos Sociais da Infância para finalizar com proposições que evidenciam a pertinência de afirmar a (dupla) visibilidade desses sujeitos: nas políticas e nas práticas pedagógicas.

O terceiro artigo, da autoria de Angela Scalabrin Coutinho, investigadora santa catarinense e com trabalho realizado também em Portugal, no seu artigo *A experiência de ser bebê na creche: o ator social e a constituição da docência*, discute a concepção de criança-ator e os seus desdobramentos para a constituição da docência na creche. Como base empírica, suporta-se em dois estudos etnográficos, um desenvolvido em uma creche pública em Florianópolis (BR) e outro em uma creche vinculada à solidariedade social da cidade de Braga (PT), ambas desenvolvidas com crianças entre cinco meses e três anos. A sua observação evidencia que os bebês, enquanto atores sociais competentes, relacionam-se com seus pares criando cultura com repertórios provenientes das suas mais variadas experiências sociais, sendo que o corpo aparece como elemento de destaque nas relações sociais entre os bebês. No seu estudo conclui também que o exercício docente das educadoras está intrinsecamente dependente da concepção de bebê que possuem e da relação estabelecida pelas professoras com os bebês, pelo que a sua capacidade de ação e relação social varia profundamente. A partir desta conclusão, a autora afirma que se torna necessário problematizar a efetivação do discurso da criança enquanto sujeito de direitos e ator social, para que se possa avançar numa relação que reconheça a cidadania ativa e a participação das crianças, desde bebês, nas diferentes esferas de socialização.

Posteriormente, no texto *Educação infantil e desigualdades raciais: tessituras para a construção de uma educação das/nas relações étnico-raciais desde a creche*, os três autores – Ellen Gonzaga Lima Souza, Lucimar Rosa Dias, Flávio Santiago -, paulistas, contribuem num campo de educação ainda muito a descoberto, discutindo como as práticas na Educação Infantil têm abordado as desigualdades raciais nas duas últimas décadas no Brasil. Analisando a produção acadêmica já disponível, interrogam pedagogias colonizadoras encontradas nalgumas pesquisas, assumindo, na

sua interpretação, o compromisso social pela defesa da descolonização e reivindicando o direito das crianças negras e brancas a uma educação antirracista a ocorrer desde a primeira etapa da educação básica. Partindo do pressuposto que a construção teórica e metodológica usada tem como base os princípios gerais de combate ao racismo constituídos pelo Movimento Negro Brasileiro, mas se ancora nas singularidades do trabalho com crianças pequenas e pequeninhas, apresentam alguns pressupostos afrocêntricos como possibilidades de constituir novas práticas que respeitem as crianças em sua integralidade.

Voltando a autores portugueses, o quinto artigo *O currículo em creche - que cidadão do século XXI, aos três anos de idade?* é da autoria de Gabriela Portugal, a qual apresenta o seu posicionamento sobre o currículo educativo em creche, defendendo a existência de um plano de aprendizagem e desenvolvimento que garantam a efetivação de objetivos claros, definidos para estes contextos. Com base numa definição de competências essenciais, na sua perspectiva, a um cidadão do século XXI, aos três anos de idade, Gabriela Portugal sublinha a centralidade e primazia das relações, a assunção da agência e desenvolvimento holístico das crianças, o brincar e a importância da organização dos espaços e materiais, como essenciais para o currículo em creche. O texto reafirma também a pertinência do papel determinante de um profissional sensível, reflexivo e crítico e a importância dos serviços para as crianças entre os zero e três anos de idade respeitarem e apoiarem o papel único das famílias na sua aprendizagem e desenvolvimento, defendendo abordagens integradas e multissetoriais nos serviços e políticas para a infância.

O texto de Sara Barros Araújo e Tânia Monteiro, investigadoras portuguesas, intitulado *Pedagogias explícitas em creche: relato de uma investigação-ação em contexto português*, apresenta um estudo onde analisam os efeitos da experimentação de pedagogias explícitas em contexto de creche. A partir da implementação de mudanças ao nível da organização espaço-material das salas e da natureza das atividades desenvolvidas, através da experimentação de propostas oriundas das abordagens High Scope e de Elinor Goldschmied, regulando todo o projeto com base em processos reflexivos colaborativos, procuraram compreender, ouvindo a voz dos atores implicados, os efeitos percebidos do processo de experimentação. Com esta análise, concluíram pela manifestação de efeitos positivos do processo de experimentação refletida ao nível das dimensões pedagógicas previstas no plano de ação, bem como no envolvimento das famílias. A par disto, concluíram também que se geraram sinergias entre estes efeitos e as aprendizagens profissionais, bem como a relevância de referenciais explícitos na qualificação dos contextos de creche.

Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto, investigadora brasileira, oferece-nos o texto *Comunicação afetiva e prática em atividades lúdicas na primeira infância: o que obter de um livro no processo de humanização infantil?*, em que aborda processos de humanização infantil com o suporte de um livro, quando dinamizado numa dinâmica de comunicação afetiva e em práticas lúdicas. Seguindo uma linha de análise vygotskiana, a autora conclui pela necessidade da proliferação de estudos que atendam à especificidade das crianças pequeninhas, de forma a promover a sensibilização das mesmas, nessa sua idade, para a relação comunicacional efetiva com os livros.

A identidade profissional e a formação de educadores estão intrinsecamente trabalhados em dois textos. No primeiro, *Contributos da formação para a (re)definição da identidade docente na creche: tensões e conquistas*, a autora brasileira Cinthia Magda Fernandes Ariosi, com base numa investigação desenvolvida entre 2014-16, procurou articular a análise da construção identitária das educadoras para creche com a promoção do reconhecimento das mesmas como elementos vitais na mediação e facilitação da aprendizagem de bebés e crianças pequenas. A partir de uma investigação-ação, os propósitos da investigadora foram concretizados, tendo conseguido uma melhoria na auto-percepção e confiança das educadoras enquanto profissionais.

Na mesma área, Andréa Rodrigues de Sousa e José Carlos de Melo, investigadores brasileiros, com o texto *Como se Constrói a Identidade de Professores de Crianças e de Creches?* investigaram num Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil - CEDEI, quais os contributos do mesmo para a construção da identidade docente das estudantes. Com o recurso metodológico de um questionário semiaberto, lançado a trinta estudantes, os autores analisaram as suas concepções sobre a identidade profissional das educadoras a exercerem em creche, tendo concluído que o processo de formação continuada realizado pelo CEDEI, tem contribuído significativamente para a

construção, bem como para o fortalecimento da identidade docente das professoras de Educação Infantil da rede municipal estudada, cumprindo com satisfação e competência o mandato que lhes está atribuído.

O dossiê conta ainda com uma revisão crítica, realizada por Helena Hortas, investigadora da Universidade do Algarve, Portugal, sobre o livro *Juntos... Pela Criança Na Creche*, coordenado por Teresa Sarmiento, com textos de Educadoras de Infância que desenvolvem a sua ação profissional em diferentes creches, e ainda uma entrevista feita por uma investigadora brasileira – Lenira Haddad – a uma investigadora portuguesa – Assunção Folque – sobre as concepções educativas para creche e a formação de educadores para este sector que a especialista defende.

Nesta variedade de posicionamentos e olhares, cruzando experiências e saberes de aquém e além mar, estamos em crer que o dossiê *A Criança e a Creche*, por nós coordenado, disponibiliza um qualificado conjunto de textos que se oferecem à discussão de investigadores, pais e profissionais da infância.

## Referências

ABRAMOWICZ, Anete. O direito das crianças à educação infantil. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3 (42), pp. 13-24 - set./dez. 2003.

BRAZELTON, Thomas Berry; GREENSPAN, Stanley (2002). **A criança e o seu mundo**: requisitos essenciais para o crescimento e aprendizagem. Barcarena: Editorial Presença.

ONU: Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989). Disponível online em [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância**. Perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FAVORETO, Elizabeth; ENS, Romilda. Pesquisas com crianças: contribuição para se repensar a prática pedagógica na educação infantil e os cursos de formação de professores. In: ENS, Romilda; GARANHANI, Marynelma (Orgs.). **Pesquisa com Crianças e a Formação de Professores**. Curitiba: PUCPRESS, p.45-72, 2015.

HORM, Diane M. Research on Early Childhood Teacher Education: Evidence From Three Domains and Recommendations for Moving Forward. **Journal of Early Childhood Teacher Education**, v. 34, n. 1, 2013, pp. 95–112. doi:10.1080/10901027.2013.758541.

MARTINS FILHO, Altino José et al. **Infância plural**: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MARTINS FILHO, Altino José; DELGADO, Ana Cristina Coll. A participação dos bebês e das crianças bem pequenas e a prática da docência no contexto da educação infantil. **Saber & Educar**, 21, 2016, pp. 108-117. Disponível em <<http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/download/232/262>>. Acesso Março de 2017.

MOSS, Peter; PETRIE, Pat. **From children's services to children's spaces**. Public Policy, Children and Childhood. London: Routledge, 2002.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedros. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 49, jan.- abr. 2012.

SANCHES, Emilia Cipriano. **A Creche**: Realidade e Ambiguidades. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.